

MONUSCO e a sociedade civil congoleza: uma crítica pós-colonial ao conceito liberal de construção de paz

MONUSCO and the Congolese civil society: a post-colonial critic of the liberal concept of peacebuilding

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.128778>

Nathalia Déda da Silva

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Brasil

nathaliadedda@hotmail.com  

Eduarda Lattanzi Menezes

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Brasil

eduarda.lattanzi@hotmail.com  

Resumo

O objetivo principal deste artigo é observar a atuação da Organização das Nações Unidas (ONU), através da Missão das Nações Unidas de Estabilização da República Democrática do Congo (MONUSCO), por uma perspectiva pós-colonial, a fim de compreender qual é o efeito do modelo liberal de construção de paz que orienta a instituição sobre as interações entre a MONUSCO e a sociedade civil congoleza. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo e exploratório. A corrente pós-colonial foi mobilizada a fim de evidenciar as propostas e limitações presentes na teoria liberal, dando suporte ao argumento principal de que a forma como os esforços liberais em estabelecer um suposto caráter universalista dos valores europeus e ocidentais trouxe como consequência um formato *top-down* tanto no planejamento quanto na execução das missões de estabilização da ONU, onde a participação da sociedade civil local nas estratégias de construção de paz e resolução de conflitos é marginalizada. Conclui-se através dessa pesquisa que, apesar dos esforços por parte da MONUSCO para interagir com a população local, ela permanece subjugada pelos valores e métodos liberais da ONU.

Palavras-chave: Teoria das Relações Internacionais; MONUSCO; Paz liberal; República Democrática do Congo.

Abstract

The main objective of this article is to observe the performance of the United Nations (UN), through the United Nations Stabilization Mission in the Democratic Republic of Congo (MONUSCO), from a post-colonial perspective, in order to understand what is the effect of the liberal peacebuilding model that guides the institution on interactions between MONUSCO and Congolese civil society. The methodology used was a qualitative and exploratory bibliographic research. The postcolonial current was mobilized in order to highlight the proposals and limitations present in liberal theory, supporting the main argument that the way in which liberal efforts to establish a supposedly universalist character of European and Western values resulted in a top format -down in both the planning and execution of UN stabilization missions, where the participation of local civil society in peacebuilding and conflict resolution strategies is marginalized. It is concluded through this research that, despite efforts by MONUSCO to interact with the local population, it remains subjugated by the liberal values and methods of the UN.

Keywords: International Relations Theory; MONUSCO; Liberal peace; Democratic Republic of Congo.

Recebido: 07 Dezembro 2022

Aceito: 21 Abril 2023

Conflitos de interesse: As autoras não reportaram potenciais conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da Licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilhá-Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

Introdução

A Segunda Guerra da República Democrática do Congo (RDC), também conhecida como a Guerra Mundial Africana ou a Grande Guerra da África (1998-2003), causou cerca de 5,4 milhões de mortes, segundo dados da International Rescue Committee (2007), o que a atribuiu o título de segundo conflito mais mortífero desde a Segunda Guerra Mundial, além de provocar outras crises, como milhões de pessoas refugiadas para outros países e deslocados internos. De acordo com Rahman *et al.* (2022), a partir de 1960, ano no qual tornou-se independente, a RDC, que até então ainda se chamava Zaire, teve vários líderes congolese tentando se consolidar no poder, levando ao surgimento de partidos de oposição. Em meio a essas tensões, o líder político congolês Mobutu Sese Seko liderou um golpe e rapidamente assumiu a presidência do país em 1965. Como presidente, Mobutu tentou melhorar a economia zairense por meio de medidas radicais e antidemocráticas.

Tendo falhado em cumprir suas promessas de campanha devido à má administração financeira dos fundos do governo e à crescente agitação social, ao impedir as eleições multipartidárias no país, Mobutu tornou ainda mais grave a situação de insatisfação e instabilidade política. A resistência política interna de oposição ao governo passou a se organizar em grupos rebeldes armados e, devido à fragilidade do Estado congolês e o escasso domínio militar sobre suas fronteiras, esses grupos encontraram refúgio e apoio popular nas províncias orientais do Zaire. Apesar da oposição, Mobutu concedeu, estrategicamente, abrigo a mais de um milhão de refugiados da etnia hutu vindos de Ruanda, permitindo que se estabelecessem no leste do Zaire em troca do apoio de organizações de ajuda internacional. No entanto, esse curso de ação se tornaria o prelúdio do genocídio ruandês de 1994, no qual extremistas da maioria étnica ruandesa hutu atacaram e mataram pessoas da minoria tutsi (RAHMAN *et al.*, 2022).

Após o genocídio étnico em Ruanda de 1994, o número de refugiados hutus que se estabeleceram na vizinha RDC só crescia, enquanto se organizavam em centenas de grupos armados conspirando contra o governo pós-genocídio de Ruanda. Diante disso, o presidente ruandês Paul Kagame, um tutsi, fez acusações à Mobutu por ter aceitado membros do antigo governo hutu, responsáveis por patrocinar o genocídio em Ruanda, o que levou a incursões e ataques diversos dos grupos genocidas armados na fronteira da RDC com Ruanda. Infelizmente, a comunidade internacional e o Zaire não se mobilizaram para deter os ataques dos grupos hutus. Em 1996, reconhecendo a apatia da ONU e da autoridade zairense em desarmar os perpetradores do genocídio, Ruanda, com a ajuda de Uganda, respondeu apoiando uma revolta no leste do Zaire liderada por um grupo rebelde tutsi ADFL, apoiando Laurent-Désiré Kabila como líder do movimento insurgente. Em 1997, Kabila conseguiu ocasionar a queda de Mobutu do governo, assumindo o poder e estabelecendo um novo nome para o país: a República Democrática do Congo. Apesar da mudança, o governo de Kabila provou ser semelhante ao de Mobutu em termos de corrupção, má gestão financeira e medidas antidemocráticas, o que levou a mais um período econômico desfavorável (RAHMAN *et al.*, 2022).

Logo após sua posse, Laurent-Désiré Kabila cometeu o erro fatal de romper relações com Ruanda e Uganda, países que inicialmente o apoiaram em sua disputa pelo poder. Os países vizinhos, então, agiram em retaliação, invadindo a República Democrática do Congo, e iniciando, em 1998, o conflito que ficou conhecido como a Segunda Guerra do Congo ou “Guerra Mundial Africana”. “O objetivo principal da invasão era derrubar o então presidente Kabila. Logo, outros países se envolveram no conflito, como Burundi e Uganda, vindo em apoio de Ruanda, enquanto Angola, Chade, Zimbábue e Namíbia apoiavam a República Democrática do Congo” (RAHMAN *et al.*, 2022, p. 2). Diante da enorme crise humanitária que o conflito desencadeou e o alarmante número de vítimas, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) instou os países envolvidos na guerra a assinarem o Acordo de Lusaka para o cessar-fogo e, por meio da Resolução 1279, estabeleceu a Missão das Nações Unidas no Congo (MONUC), com o objetivo de observar o cumprimento deste acordo.

Em 2001, Laurent-Désiré Kabila foi morto, levando à nomeação de Joseph Kabila, seu filho, como o próximo presidente. A Segunda Guerra do Congo parecia, então, chegar aos seus momentos finais com as tropas de Uganda e Ruanda se retirando do território, as milícias congolese sendo desarmadas e um governo de transição sendo firmado. Os

processos de encerramento do conflito e de estabilização política foram negociados oficialmente através dos acordos de Sun City em abril de 2002 e o Acordo de Pretória, no mesmo ano, que estabeleceu o governo de transição na RDC. Com as eleições gerais em 2006, o período de transição chegou ao fim, oficializando a tomada de posse de Joseph Kabila como presidente da RDC.

Apesar disso, ainda não é plausível afirmar que hoje todos os problemas da Segunda Guerra do Congo estão resolvidos. Autesserre (2007) afirma que após o fim da Guerra em 2003 e a retirada das tropas estrangeiras do país, ainda assim houve grandes acontecimentos importantes como a reunificação oficial do país, a formação de um governo unificado, a preparação para eleições democráticas e uma integração progressiva dos diferentes grupos armados em um único exército nacional. No entanto, “o conflito local - no nível da aldeia, do distrito ou da comunidade - persistiu no leste do Congo. Antagonismos políticos, econômicos e sociais geraram massacres frequentes, violações massivas dos direitos humanos e deslocamento populacional” (AUTESSERRE, 2007, p. 424). Embora alguns progressos tenham sido feitos em comparação com a situação durante a guerra, algumas áreas no leste do Congo permaneceram muito inseguras e os congoleses continuaram sofrendo com a violência de grupos armados ainda ativos.

Com o fim oficial dos conflitos armados em 2003, a RDC vivenciou um processo de construção da paz e democratização que contou com diversas intervenções de organizações não-governamentais (ONGs), organizações internacionais (OIs) e tentativas de mediação dos conflitos marcadas pela participação de atores regionais e internacionais. Para analisar o tema a partir das correntes teóricas de Relações Internacionais, é preciso recuperar que, desde o período pós Segunda Guerra, devido às novas dinâmicas das relações internacionais, os Estados deixaram de ser os únicos atores relevantes do Sistema Internacional. Naquele momento de maior fluxo de capital e pessoas, a fronteira entre Política Externa e doméstica foi atenuada, de modo que outros atores como multinacionais, as Organizações Internacionais e Organizações Não-Governamentais passaram a fazer parte da política internacional. Ademais, a ênfase deixa de ser no tema da segurança internacional para a cooperação internacional, a partir do entendimento liberal de que os Estados são interdependentes e, por essa razão, através das Organizações Internacionais e da transparência, os ganhos dos Estados seriam maiores em negociações de determinadas *issue areas* (KEOHANE; NYE, 2011).

Ao analisarem o que nomearam de ‘aspecto sistêmico da vulnerabilidade’ dos Estados, os autores liberais Keohane e Nye (2011) o definem como um fator que coloca os Estados mais fracos como sujeitos às volatilidades externas que reduzem fundamentalmente sua autonomia e sua capacidade de se proteger. A partir disso, foram criados os conceitos de sensibilidade e vulnerabilidade, que são formas de expressar a desigualdade: os Estados mais sensíveis e vulneráveis estão sujeitos a custear os efeitos dos eventos propostos por Estados mais influentes, nesse sentido, são menos poderosos no sistema internacional, estão desiguais. Essa questão de assimetria contribui para a complexidade da sociedade internacional (KEOHANE; NYE, 2011).

A partir da Nova Ordem Internacional, instaurada pós Guerra-Fria (1991), a Teoria neoliberal e o debate institucionalista ganham espaço na disciplina ao realçarem a democracia e a cooperação entre os Estados, através das instituições como caminhos seguros para a manutenção da paz – principalmente sob a égide da paz liberal. Keohane (1993) afirma que nesse contexto de mudança das dinâmicas das relações internacionais, os Estados continuam sendo os principais atores do Sistema Internacional e comportam-se como egoístas, buscando aumentar seu poder e interesses. Nesse cenário, o autor reflete que a cooperação através das instituições é uma forma dos Estados alcançarem seus objetivos, uma vez que foram criadas pelos próprios Estados, sendo assim, percebidas como vantajosas e capazes de aumentar os níveis de interdependência (KEOHANE, 1993).

Diante disso, observando as práticas que foram institucionalizadas no âmbito das operações de paz, consideramos nesta pesquisa que as raízes ontológicas e epistemológicas da Teoria Liberal influenciam o modelo de construção de paz adotado pelas missões de estabilização da ONU. O objetivo deste artigo é, portanto, observar a atuação da ONU através da MONUSCO, utilizando como base a Teoria Pós-colonial, a fim de desvendar qual é o efeito do modelo

liberal de construção da paz sobre as interações entre a missão e os atores locais da sociedade civil congoleza, que se organizam de forma independente para também construir a paz. O argumento apresentado é que, nas intervenções feitas pelas organizações internacionais – neste caso a MONUSCO –, a formulação de políticas de resolução de conflito e de promoção da paz está atrelada ao conceito liberal de paz, cujos pressupostos endossam uma suposta superioridade e universalidade dos valores e das concepções ocidentais de Estado e instituições, submetendo as comunidades da região a métodos que não dão voz às suas próprias percepções sobre estes elementos, resultando em uma participação submissa da sociedade civil congoleza no planejamento dessas ações.

Assim, para alcançar o objetivo principal de fazer uma aproximação de mão dupla entre as teorias de Relações Internacionais mobilizadas neste artigo e a crítica pós-colonial da paz liberal, esse artigo também apresentará a dimensão empírica do argumento através do caso da MONUSCO, buscando elaborar uma pesquisa cujo caráter metodológico é qualitativo e exploratório. Foram utilizados procedimentos técnicos bibliográficos, além da exposição de aspectos pontuais sobre o caso da MONUSCO e de organizações da sociedade civil congoleza que aparecem como ilustração para analisar como as interações da missão com estes atores refletem os valores liberais que orientam a missão e os afastam de uma relação mais orgânica e horizontal com a população local. Entende-se por pesquisa qualitativa a análise de casos concretos, a partir de suas especificidades, e como pesquisa exploratória, considera-se o ato de proporcionar maior familiaridade com um problema de pesquisa, geralmente via pesquisa bibliográfica ou estudos de caso. A importância da pesquisa se justifica pelo fato da abordagem das organizações internacionais para alcançar a paz, principalmente na periferia global (América Latina, Ásia e África), ainda partir de uma episteme eurocêntrica que busca construir um mundo à sua imagem e semelhança, o que naturaliza o apagamento da eficácia e da legitimidade de métodos alternativos propostos por atores da sociedade civil congoleza e a sua capacidade de organização e articulação independente.

A organização do artigo será feita em três partes principais. Na primeira seção, será analisada a presença da teoria liberal na formação da ONU e o conceito de paz liberal. Na segunda seção, será apresentado um breve panorama histórico da atuação da MONUSCO em solo congolês, analisando suas iniciativas no que diz respeito à integração da população local aos seus planos e ações. Por fim, na terceira seção, apontam-se algumas críticas importantes à MONUSCO, a partir da teoria pós-colonial, com base, principalmente, na sua relação com a sociedade civil congoleza.

O Liberalismo e as instituições como caminho para a paz: a ONU e o conceito de paz liberal

As teorias institucionalistas liberais e as narrativas em defesa da interdependência e do multilateralismo intensificam o foco em assuntos socioeconômicos e outras questões que antes eram colocadas em segundo plano devido à ênfase dada pelos neorrealistas à segurança como o tópico mais importante da agenda política. Ainda que institucionalistas liberais mantivessem algumas premissas realistas, como a anarquia e a natureza egoísta dos Estados, defendiam que a cooperação beneficiaria o sistema como um todo e que a interdependência a tornava necessária. Na década de 1970, os estudiosos de relações internacionais Robert Keohane e Joseph Nye apresentaram o termo ‘interdependência complexa’, em referência às interações complexas emergentes e a interdependência entre os Estados. O uso da força militar nas relações internacionais passa a ser questionado e a cooperação é apontada como uma saída ideal para os conflitos políticos gerados pelas assimetrias de poder do sistema internacional.

Para Keohane (1984), os regimes e instituições internacionais, nessa abordagem, aumentam a propensão de haver cooperação nas relações internacionais ao reduzirem as incertezas sobre o comportamento a ser adotado pelos demais Estados, e diminuem também a assimetria de informações, ambas características essenciais do Sistema Internacional anárquico. Os regimes internacionais são considerados aqui de acordo com a visão conceitual de Krasner (1982):

Os regimes internacionais estão compostos por princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisões, que partem das expectativas de um determinado ator para facilitar acordos que garantam

seus interesses e reciprocidade a longo prazo em uma issue area, ou seja, área específica de poder que cada área de relação possui (KRASNER, 1982, tradução nossa)¹.

Os regimes, então, seriam capazes de atenuar os efeitos da anarquia ao alterarem os contextos nos quais as decisões são tomadas pelos estadistas, provendo maior previsibilidade no modo de agir dos países e, por isso, facilitariam a ocorrência de cooperação em áreas temáticas específicas.

Com a crescente relevância adquirida pela cooperação técnica internacional como ferramenta de relacionamento e desenvolvimento mútuo, ocorre, a partir da criação da ONU, em 1945, uma disseminação global dos regimes internacionais, que, do ponto de vista liberal, auxiliariam na almejada manutenção da ordem e da garantia de paz.

Os regimes facilitam o bom funcionamento dos sistemas políticos internacionais descentralizados e, portanto, desempenham uma função importante para os Estados. Em uma economia política mundial caracterizada pela crescente interdependência, eles podem se tornar cada vez mais úteis para governos que desejam resolver problemas comuns e buscar objetivos complementares sem se subordinarem a sistemas hierárquicos de controle (KEOHANE, 1984, p.63, tradução nossa)².

A ONU foi a segunda experiência no século XX com uma organização multilateral mundial. Criada em 1919 através do Tratado de Versalhes, a Liga das Nações foi a primeira tentativa, em grande parte inspirada pelo presidente Woodrow Wilson dos Estados Unidos, que procurou criar uma estrutura permanente para a segurança coletiva, por meio de uma organização formal que pudesse resolver disputas e limitar armamentos. Embora a da Liga das Nações não tenha sobrevivido, muitas de suas estruturas foram refinadas e reproduzidas na criação da ONU. O seu propósito central de prevenir o flagelo da guerra por meio de um compromisso com a segurança coletiva reflete a experiência que as duas guerras mundiais trouxeram para os seus Estados fundadores. Em ambas as organizações, a criação de agências especializadas também expressou o reconhecimento de que a paz e a segurança dependiam de condições econômicas e sociais.

O fracasso das instituições, como ocorreu com a Liga das Nações, é frequentemente utilizado pelos neorrealistas como alvo de críticas ao institucionalismo liberal. Diante disso, teóricos liberais se dedicaram diversas vezes a argumentar em defesa da efetividade das instituições e da sua capacidade de influência sobre o comportamento dos Estados. Para Martin e Simmons (1998), uma das maneiras mais fundamentais pelas quais as instituições internacionais podem mudar o comportamento do Estado é substituindo as práticas domésticas. “Se as políticas anteriormente feitas por instituições domésticas são agora feitas em nível internacional, pode-se esperar mudanças substanciais nos padrões da política mundial” (MARTIN; SIMMONS, 1998, p.747, tradução nossa)³.

Ao longo da década de 1990, com o fim da Guerra Fria, a ONU e as demais instituições multilaterais receberam mais atenção dos atores do Sistema Internacional. Cada vez mais, então, a corrente liberal defendia que as instituições, uma vez criadas pelos Estados para resolver problemas através de conjuntos de regras e acordos, constroem e moldam o seu comportamento, mesmo sendo constantemente desafiadas e reformadas por estes. Enquanto Robert Keohane (1984) aponta que as instituições provêm informação capaz de tornar mais eficiente a interação interestatal; provendo garantias contra possíveis desertores no seio de um processo cooperativo, gerando ainda, a previsibilidade e a chamada “sombra do futuro”, Martin e Simmons (1998) vão além, caracterizando as instituições como causas e efeitos da ação estatal, afirmando que os Estados as têm como meio e fim de escolhas estratégicas.

¹ No original: “International regimes are composed of principles, norms, rules and decision-making procedures, which depart from the expectations of a given actor to allow agreements that guarantee their interests and long-term reciprocity in an area of question, that is, a specific power domain that each relationship area has”.

² No original: “Regimes facilitate the smooth functioning of decentralized international political systems and therefore play an important role for states. In a world political economy characterized by increasing interdependence, they can become increasingly useful for governments that wish to solve common problems and pursue complementary goals without subordinating themselves to hierarchical systems of control”.

³ No original: “If policies formerly made by domestic institutions are now made at the international level, substantial changes in the patterns of world politics can be expected”.

Neste momento de ruptura no caráter bipolar do Sistema Internacional, a Ordem Internacional foi conduzida pela ideia da vitória do capitalismo e das suas instituições democráticas, e, com isso, o papel dos Estados ocidentais e, principalmente, dos Estados Unidos, na promoção da paz liberal e dos direitos humanos foi aprimorado. A paz liberal pode ser considerada não somente como discurso, mas como uma estrutura que funciona no nível social e estatal e que está embutida na literatura e no discurso político ocidental como um princípio norteador dos regimes a serem construídos para alcançar a tranquilidade dessa nova ordem, principalmente em cenários pós-conflito.

Dentro deste panorama do que seria a paz, está também a ideia de universalismo dos valores Europeus, onde assume-se que seria um modelo aceito por todos, assim como os demais valores iluministas que o Liberalismo resgata. Os principais componentes da paz liberal são a democratização, o Estado de direito, os direitos humanos, os mercados globalizados livres e o desenvolvimento neoliberal da economia; e estes princípios são incorporados não apenas pelos Estados do ocidente, mas também pelas Organizações Internacionais e Organizações Não-Governamentais que eles integram.

Os atores liberais da construção da paz assumem não apenas que um Estado liberal forte é necessário para conter o conflito, mas que um Estado ainda é “fraco” ou “fracassado” a menos que possua certas características. Isso emana da história da consolidação do Estado na Europa, bem como de pressupostos normativos sobre o papel do Estado e das relações internacionais na história europeia. Isso significa que os atores liberais internacionais de construção da paz têm certas noções preconcebidas sobre o que é um estado “fracassado” e quais são os critérios para um estado “bem-sucedido”. Essas categorias ontológicas, no entanto, complicam os esforços dos construtores da paz liberais para ajudar os países que sofrem com o conflito e tentam se recuperar (BUSSY; GALLO, 2016, p. 318, tradução nossa)⁴.

Esse ideal de um Estado westfaliano responsável e liberal não apenas surgiu na Europa, como também passou a ser visto pelos Estados europeus como a única opção viável em termos de uma organização sóciopolítica correta ou bem-sucedida, de modo que o desenvolvimento em direção a isso seria uma progressão singular, universal e natural. Desta forma, o pensamento liberal considera que os Estados que seguem esses moldes estariam singularmente qualificados para ensinar outros países não apenas a alcançar suas próprias estruturas e valores sociopolíticos, mas também a entender que essas estruturas e valores são o caminho “certo” ou inevitável. Para Bussy e Gallo (2016), essa suposição, por sua vez, não é a-histórica; tendo sido produzida e reproduzida através de muitos dos mesmos discursos e filosofias que deram base à teoria da modernização e ao próprio colonialismo.

O histórico de construção de paz através da MONUSCO: qual é o espaço da sociedade civil congoleesa?

Através do acordo de Lusaka, em 1999, a ONU determina as condições do mandato da MONUC, atual MONUSCO, em que já era possível observar claramente algumas percepções que descrevem a concepção da organização do que é a construção da paz e de que maneira ela deve ser projetada. A MONUC foi marcada, desde o princípio, pela promoção consistente de políticas de fortalecimento do controle estatal dentro das fronteiras internacionais por parte do governo central, assim como pelo foco contínuo na construção das instituições e do Estado de direito. “Nada no Acordo deverá, de forma alguma, prejudicar a soberania e a integridade territorial da República Democrática do Congo” (CSNU, 1999), e, dessa forma, a soberania do Estado como condição necessária, conforme estipulado pelo acordo, é reafirmada e priorizada em quase todas as Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas (RCSNUs) subsequentes sobre a RDC.

A RCSNU 1493, por exemplo, enfatizava categoricamente “o estabelecimento de um Estado baseado no Estado de direito e de um judiciário independente como suas mais altas prioridades, incluindo o estabelecimento das instituições

⁴ No original: “*Liberal peacebuilding actors assume not only that a strong liberal state is required to contain conflict, but that a state is still ‘weak’ or ‘failed’ unless it possesses certain features. This emanates from the history of the consolidation of the state in Europe, as well as normative assumptions about the role of the state and international relations in European history. This means that international liberal peacebuilding actors have certain preconceived notions about what a ‘failed’ state is, and what the criteria are for a ‘successful’ state. These ontological categories, however, complicate liberal peacebuilders’ efforts to help countries suffering from conflict and trying to recover.*”

necessárias” (CSNU, 2003). A presença dos princípios liberais de paz que direcionavam a MONUC também pode ser observada em um Relatório do Secretário-Geral de 2001 sobre o mandato de consolidação da paz, em que se afirma que “O objetivo da construção da paz é construir as instituições e atitudes sociais, econômicas e políticas que evitarão que os conflitos inevitáveis que toda sociedade gera se transformem em conflitos violentos” (CSNU, 2001).

Ainda após a RDC concluir a sua primeira eleição livre em 2006, tendo Joseph Kabila como presidente eleito, a MONUC continuou no terreno desenvolvendo tarefas políticas, militares, ligadas ao *rule of law* e à capacidade de reconstrução do país. Apesar do significativo progresso alcançado na RDC, “desde o desdobramento da missão de paz e da estabilização de muitas regiões, a porção oriental do país continuou assolada por ondas de violência, crises humanitárias crônicas, graves violações de direitos humanos, em especial as de natureza sexual e de gênero” (FETT, 2013, p. 171).

Como agravante para a difícil situação congoleza, grupos armados nacionais e estrangeiros continuavam espalhados pela região, aterrorizando civis e explorando, ilegalmente, recursos naturais. Por esse motivo, em 1º de julho de 2011, o CSNU, por meio da Resolução 1.925, renomeou a MONUC para *Mission de l’Organisation des Nations Unies pour la stabilisation en République Démocratique du Congo* (MONUSCO). A nova missão foi autorizada a utilizar todos os meios necessários para operacionalizar o seu mandato, o qual passava a conter previsões de proteção de civis, do pessoal humanitário e de agentes defensores dos direitos humanos que estivessem sob iminente ameaça de ataque físico, bem como a apoiar o Governo nos esforços de estabilização e consolidação da paz (FETT, 2013, p. 172).

Para compreender o novo perfil de operação de paz que é inaugurado através da MONUSCO, é importante ressaltar uma de suas mais notáveis peculiaridades: a instauração da Brigada de Intervenção em 2013. Através da Resolução 2.098, a Brigada de Intervenção foi instituída com direito a três batalhões de infantaria, um de artilharia, um de forças especiais e uma companhia de reconhecimento, com sede em Goma, – totalizando 3.069 homens – e operando sob o comando direto do FC da MONUSCO (FETT, 2013).

A FIB foi criada pela Resolução 2098 do Conselho de Segurança (28 de março de 2013). Seu conceito foi baseado em uma ideia original proposta em uma conferência de nível ministerial, a Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (ICGLR), para criar uma “Força Internacional neutra para erradicar M23, FDLR e todas as outras Forças Negativas”. Pretendia ser uma força paralela regional, mas como vários membros do Conselho de Segurança se opuseram ao financiamento de tal força por meio de contribuições fixas para manutenção da paz, ela se tornou um elemento da MONUSCO, preenchendo uma antiga falta de capacidade de reação rápida e robusta. Além disso, a ONU não queria uma força paralela operando ao lado da MONUSCO. Pretendia ser o dente do processo político do Sistema de Paz, Segurança e Cooperação (PSCF) e garantir que os atores regionais estivessem envolvidos na solução para enfrentar a instabilidade causada por grupos armados. O FIB tem um mandato separado do restante das forças da MONUSCO, mas está sob o comando do Comandante da Força da MONUSCO (EPON, 2019, p. 52, tradução nossa).

Observar a instauração da brigada como autorização do uso da força para garantir o *peacekeeping* e as suas consequências para a relação da MONUSCO com a sociedade civil nos conduz a um dilema que acompanha a MONUSCO há muitos anos e conversa diretamente com o objetivo dessa pesquisa: a solicitação soberana de um Estado por uma missão de paz à ONU, em contraposição à intervenção *top-down* onusiana na República Democrática do Congo. Para que uma missão apoie efetivamente um processo inclusivo e promova um ambiente propício à paz, ela deve contar com o apoio e a cooperação da população anfitriã.

Várias experiências recentes enfatizaram até que ponto a confiança do público em uma missão de manutenção da paz está intimamente relacionada à confiança no processo de paz em geral e afeta a capacidade da missão de executar seu mandato. Essa lição está cada vez mais refletida nos mandatos do Conselho de Segurança, que agora frequentemente enfatizam a importância do entendimento da população local sobre a missão e seu mandato. As resoluções do Conselho de Segurança sobre a República Democrática do Congo, por exemplo, incentivaram a MONUSCO a garantir uma interação regular com a população civil e aumentar a conscientização e a compreensão sobre seu mandato e atividades, por meio de um programa abrangente de divulgação pública (UNITED NATIONS, 2013, p. 14).

Tendo em vista esses objetivos com relação à sociedade civil, a MONUSCO, de fato, pôs em prática através de algumas resoluções e iniciativas conjuntas com atores locais. A fim de otimizar a análise sobre esses esforços, foram disponibilizadas, no quadro abaixo, todas as resoluções do CSNU 2010 a 2020 que versam sobre o tema.

Quadro 1 – Resoluções do CSNU sobre a integração da MONUSCO com a sociedade civil

Resolução 1925 (2010)	Reconhece a importância do envolvimento da sociedade civil na promoção da paz e da estabilidade na RDC, e insta a MONUSCO a fortalecer sua cooperação com a sociedade civil para alcançar esses objetivos.
Resolução 2098 (2013)	Destaca a importância da participação da sociedade civil na promoção da paz e da segurança na RDC, e insta a MONUSCO a trabalhar com as organizações da sociedade civil para alcançar esses objetivos.
Resolução 2147 (2014)	Enfatiza a importância de a MONUSCO envolver-se com a sociedade civil para enfrentar os desafios relacionados à segurança na RDC.
Resolução 1804 (2008)	Destaca a importância da MONUSCO em envolver-se com a sociedade civil e as comunidades locais na promoção da paz e da segurança na RDC.
Resolução 2211 (2015)	Insta a MONUSCO a trabalhar em estreita colaboração com a sociedade civil congoleza, a fim de fortalecer a governança e a promoção dos direitos humanos no país.
Resolução 2409 (2018)	Exige que a MONUSCO trabalhe em estreita colaboração com a sociedade civil e as comunidades locais na República Democrática do Congo (RDC) para garantir uma transição pacífica e bem-sucedida das operações da MONUSCO.
Resolução 2439 (2018)	Renova o mandato da MONUSCO e insta a missão a trabalhar em estreita colaboração com as autoridades congolezas, a sociedade civil e outras partes interessadas para promover a segurança e a proteção dos civis na RDC.
Resolução 2463 (2019)	Destaca a importância da participação da sociedade civil na promoção da paz, da segurança e da estabilidade na RDC, e insta a MONUSCO a trabalhar em estreita colaboração com as organizações da sociedade civil para alcançar esses objetivos.
Resolução 2556 (2020)	Renova o mandato da MONUSCO e fala sobre continuar a colaborar com a sociedade civil, organizações de mulheres e outras partes interessadas para promover a paz, a segurança e o respeito pelos direitos humanos na RDC.

Fonte: *Elaboração própria (2023).*

A partir das resoluções expostas nesse quadro, é possível inferir que a preocupação da MONUSCO em garantir uma participação orgânica da sociedade civil na missão foi levada a sério. Entretanto, realizando um estudo sobre pronunciamentos desses atores na mídia a respeito da sua participação orgânica na MONUSCO e da transparência e inclusão da sociedade nos planos e ações da missão, ressaltam-se evidências que apontam para a insatisfação desses atores pelo não cumprimento dessas premissas e protestos que se formaram pela retirada da MONUSCO da RDC. As falas abaixo evidenciam que há uma parcela da sociedade civil entendendo a MONUSCO como um agente externo que age de acordo com seus próprios interesses em solo congolês, levando à permanência da dependência da RDC de uma intervenção internacional e não atendendo às reais reivindicações da população. No quadro 2, apresentam-se alguns exemplos desse discurso:

Quadro 2 – Pronunciamentos da sociedade civil congolese sobre participação na MONUSCO

Fonte: The New Humanitarian Título: 'Why we're protesting against UN peacekeepers in DR Congo' Ano: 2022	“A minha mensagem ao Presidente da República é esta: Se ele continuar a depender de forças estrangeiras, nunca teremos segurança no Congo, mas se ele unir forças com o povo, conseguiremos restabelecer a paz e a segurança” (tradução nossa) ⁵
Fonte: Institute for Security Studies Título: 'What do protests say about UN peacekeeping in Africa?' Ano: 2022	“As missões não priorizam o diálogo político e uma abordagem de proteção centrada nas pessoas para a manutenção da paz, contrariando as recomendações do Relatório de 2015 do Painel Independente de Alto Nível sobre Operações de Paz da ONU e Ação para Manutenção da Paz” ⁶ (tradução nossa).
Fonte: The New Humanitarian Título: 'A playground for colonial forces': Unpacking the anti-UN protests in DR Congo' Ano: 2022	“Se a MONUSCO realmente quer melhorar sua imagem, deveria começar ouvindo as queixas genuínas da população. (...) A saída da MONUSCO ainda não parece iminente. Mas, se nada mudar e as objeções populares não forem levadas em conta pela missão, os protestos continuarão acontecendo” ⁷ (tradução nossa).
Fonte: International Institute for Strategic Studies (IISS) Título: 'Confronting Kabila.' Ano: 2018	“A ONU não pode ser um mediador confiável se for percebida como tendenciosa, inconsequente e avessa ao risco. (...) Membros da oposição e da sociedade civil há anos lamentam que a MONUSCO tenha se tornado complacente com seu papel na RDC e não faça o suficiente para proteger a democracia e os direitos humanos em seu país” ⁸ (tradução nossa).

Fonte: Elaboração própria (2023).

Analisando os quadros 1 e 2 e a literatura crítica atual sobre participação popular em *peacekeeping* e *peacebuilding*, é possível perceber que o modelo liberal de engajamento da população local operado pela MONUSCO não foi suficiente para garantia do apoio popular à missão. De acordo com Obi e Eteng (2018), o contexto que dá origem às iniciativas de construção da paz é, na maioria das vezes, nitidamente dividido entre diferentes grupos que, muitas vezes, transcendem os principais grupos adversários, e por isso é tão importante a inclusão da sociedade civil na construção da paz para o aumento da coesão social, pois “conflitos e guerras geralmente destroem relacionamentos e ameaçam o capital social” (OBI; ETENG, 2018, p. 108, tradução nossa)⁹. Sendo assim, é observável que a apropriação local das iniciativas de construção da paz pressupõe a identificação e o fortalecimento dos conectores (iniciativas que podem unir as partes adversárias) e o enfraquecimento dos divisores (iniciativas que podem dividir ainda mais as partes adversárias e predispor o contexto a conflitos adicionais). Por isso, caso o engajamento e a participação das organizações da sociedade civil em processos de construção da paz tivessem sido incentivados pela MONUSCO de forma mais assertiva, poderiam ter auxiliado no potencial de construir e fortalecer a apropriação comunitária dos programas de construção da paz e assim obter apoio popular, em vez de apenas os colocar sob o seu comando e direção.

Uma análise pós-colonial sobre as iniciativas de integração da MONUSCO com a sociedade civil congolese

A agenda da MONUC e, posteriormente, a da MONUSCO, herdaram muitas características do paradigma liberal de construção da paz que dominou as intervenções da ONU na era pós Guerra Fria, decorrente em grande parte da Agenda para a Paz de 1992. A falta de funções do Estado é percebida como incivilizada, caótica, e torna-se uma preocupação primordial no combate à violência generalizada na RDC. Kabamba (2010), ao analisar a imagem da RDC veiculada pela mídia ocidental, argumenta que “as guerras consolidaram ainda mais a percepção da RDC como o arquétipo de um Estado

⁵ No original: “My message to the President is this: If he continues to depend on foreign forces, we will never have security in Congo, but if he joins forces with the people, we will be able to restore peace and security”.

⁶ “The missions do not prioritize political dialogue and a people-centred approach to peacekeeping, contrary to the recommendations of the 2015 Report of the High-Level Independent Panel on UN Peacekeeping Operations and Action for Peacekeeping”.

⁷ No original: “If MONUSCO really wants to improve its image, it should start by listening to the population's genuine grievances. (...) The departure of MONUSCO still does not seem imminent. But if nothing changes and popular objections are not taken into account by the mission, the protests will continue to happen”.

⁸ No original: “The UN cannot be a credible mediator if it is perceived as biased, inconsequential and risk averse. (...) Members of the opposition and civil society have for years lamented that MONUSCO has become complacent in its role in the DRC and does not do enough to protect democracy and human rights in their country”.

⁹ No original: “(...) conflict and war usually destroys relationship and threatens social capital”.

africano pós-colonial fracassado e devastado pela guerra” (KABAMBA, 2010, p. 270, tradução nossa)¹⁰. Para o autor, esta visão estereotipada e predominante da RDC como um Estado frágil (anteriormente falido), que precisa ser restaurado pela comunidade internacional, explica o fato da ONU optar por uma abordagem liberal de reconstrução do Estado. No entanto, a soberania da RDC é tratada paradoxalmente. Vale ressaltar que o conceito de Estado frágil/falido possui distintas abordagens. Nesse artigo, adota-se a perspectiva crítica de Call (2008) sobre o conceito de Estado frágil/falido, que entende que, historicamente, “contém suposições culturalmente específicas sobre como um Estado “bem-sucedido” deve ser. Além disso, para o autor:

Meu argumento principal é que o conceito de "Estado falido" é em grande parte inútil e deve ser abandonado, exceto na medida em que se refere a Estados totalmente em colapso - onde nenhuma autoridade é reconhecida internamente aos habitantes de um país ou externamente à comunidade internacional. No final do século XX, esta situação prevaleceu durante um período sustentado em apenas um país, a Somália, de 1991 até aproximadamente 2004 (CALL, 2008, p. 1492, tradução nossa).¹¹

Enquanto por um lado as RCSNU definem que nada no trabalho da ONU e de outros atores internacionais deve, de forma alguma, “prejudicar a soberania da RDC, por outro lado, a percepção do Estado congolês como frágil/falido leva à inexistência desse mesmo Estado” (KABAMBA, 2010, p. 267, tradução nossa)¹². Recorrendo novamente à corrente pós-colonial, Grovogui (2006) afirma que uma vez tendo conquistado e colonizado o resto do mundo, “a Europa impôs uma ontologia de espaço, tempo, territorialidade e soberania por meio de uma epistemologia particular que superou todas as outras.” (GROVOGUI, 2006, p. 34, tradução nossa)¹³. Diante disso, é notável que as ações tomadas pelas iniciativas de construção de paz criadas pelo ocidente, como, por exemplo, a MONUSCO, estejam pautadas também nessa epistemologia e considerem, portanto, que as vozes da população local congoleza não seriam valorosas, ou sequer compatíveis, como o modelo de paz e de instituições a serem construídas.

As sociedades civis começaram a se organizar na RDC, no início dos anos 1990, como resistência frente ao contexto de supressão política durante o regime de Mobutu. Apesar de não se conhecer a quantidade exata de Organizações Não Governamentais presentes nesse Estado, pode-se estimar um total de 4 mil organizações que atuam em diversas áreas, sendo a metade especializada no tema de Direitos Humanos. As ONGs locais estão presentes em maior quantidade e são mais efetivas que os atores internacionais muitas vezes afirmam. Entre as suas principais atividades, destacam-se: sensibilização dos cidadãos congolezes em relação aos direitos humanos, educação e promoção de direitos. Tal promoção de educação dos direitos humanos é importante, pois, muitas vezes, esses direitos são confrontados por costumes culturais patriarcais naturalizados historicamente, como o entendimento de que o homem seria superior à mulher, e que contrasta com a prerrogativa de direitos humanos de que todos são iguais (PEREBOOM, 2012).

Outro objetivo igualmente importante para essas ONGs é promover advocacia pública (em inglês, *advocacy*) e assistência jurídica aos cidadãos congolezes que possuem seus direitos feridos e não encontram meios materiais para o acesso à justiça. As ONGs, nesse sentido, atuam denunciando o direito violado à justiça e possibilitando maior acesso. Ademais, ONGs locais são compostas por pessoas oriundas das regiões nas quais foram instaladas, o que permite maior eficácia em suas ações, pois estão próximas à população culturalmente. Além da aproximação local, também possuem contatos com governos e com a comunidade internacional, o que faz com que haja estreitamento do diálogo, possibilitando identificação de problemas observados pela população para a análise do conflito e dos possíveis meios para garantia da

¹⁰ No original: “The wars further cemented the perception of the DRC as the archetype of a failed and war-torn postcolonial African state”.

¹¹ No original: “My main argument is that the concept of a “failed state” is largely unhelpful and should be abandoned, except in so far as it refers to fully collapsed states - where no authority is recognized internally to the inhabitants of a country or externally to the community. International. At the end of the 20th century, this situation prevailed for a sustained period in only one country, Somalia, from 1991 until approximately 2004”.

¹² No original: “Harm the sovereignty of the DRC, on the other hand, the perception of the Congolese State as fragile/failed leads to the non-existence of that same State”.

¹³ No original: “Europe imposed an ontology of space, time, territoriality and sovereignty through a particular epistemology that surpassed all others”.

paz. Entre os obstáculos que encontram, pode-se citar: limitação de orçamento, ausência de interesse do governo em apoiá-las e cultura local forte pautada em tradições divergentes às premissas de direitos humanos (PEREBOOM, 2012).

Bussy e Gallo (2016), ao analisarem a agência congoleza junto à MONUSCO, trouxeram a fala do professor congolês Bosco Muchukiwa que, em entrevista, relatou que até mesmo as tentativas de apoio às organizações de construção da paz locais são influenciadas por suposições sobre quem detém o conhecimento e a experiência. As organizações locais enfrentam uma enorme pressão para cumprir os padrões e ideais de suas organizações parceiras e dos doadores internacionais.

Para Muchukiwa, isso sugere que os métodos de construção da paz no Congo são essencialmente invenções de estrangeiros que foram adotadas por associações locais. Para transformar os conflitos, as ONGs congolezas adotam uma abordagem “local” para a construção da paz, mas são limitadas porque devem aderir aos temas, modelos e propósitos de seus parceiros internacionais. Por causa dessa dinâmica – entre outras coisas, como o nível de um certo tipo de educação ou habilidades linguísticas dos atores locais – os parceiros internacionais que tentam ‘se tornar locais’ muitas vezes exacerbam inadvertidamente os problemas que deveriam resolver (BUSSY; GALLO, 2016, p. 319, tradução nossa)¹⁴.

A partir disso, é possível notar que a falta de participação congoleza local na MONUSCO está diretamente relacionada à noção de capacidade de autogestão e de organização política que o Ocidente constrói sobre o resto do mundo, a partir de suas próprias narrativas liberais. De acordo com Krishna (2009), o conhecimento e as representações de um povo estão sempre entrelaçados de forma complexa com questões de poder, classe social e materialidade.

O mundo social não é, portanto, um objeto inerte que aguarda sua descrição objetiva e imparcial por observadores ou estudiosos desinteressados e científicos. Em vez disso, como é visto, entendido e descrito depende muito de quem está fazendo a descrição, de onde eles são, quais são seus interesses e o que eles podem se beneficiar ou perder com tais descrições (KRISHNA, 2009, p. 73, tradução nossa)¹⁵.

Ao analisar o estudo de Vinck e Pham (2014), que busca acessar de forma quantitativa as percepções da população adulta da RDC sobre paz, segurança e justiça, os autores revelam que “A paz foi mais frequentemente citada pelos entrevistados como a ausência de violência (49%), viver junto, unido (46%), ser livre (41%) e não ter mais medo (35%)” (VINK; PHAM, 2014, p. 23, tradução nossa)¹⁶. Quando essas mesmas pessoas foram perguntadas sobre quem precisava agir para alcançar a paz, as respostas foram mais focadas, sugerindo três atores principais: “o governo (73%), a própria comunidade (30%) e Deus (35%), o que indica que os entrevistados, ainda que sendo locais, claramente também identificam a paz como repousando nas mãos e ações do governo” (VINK; PHAM, 2014, p. 23, tradução nossa)¹⁷.

Alguns exemplos de interação entre a MONUSCO e as organizações da sociedade civil congoleza podem ser mencionados para ilustrar a relação conturbada e distante da missão com a população. Embora bem recebida pela comunidade internacional, a missão falhou em construir legitimidade local. Além disso, o processo concomitante de desarmamento, desmobilização e reconstrução (DDR), destinado a desarmar e reintegrar os rebeldes, foi desorganizado e ineficaz, pois ficou atolado em guerras institucionais por território e escândalos de corrupção.

Essa suposta zona de convergência entre o pensamento local e os conceitos liberais de paz que o Ocidente propaga ao resto do mundo como verdades universais é bem explicada pelo conceito de ‘Ambivalência’, de Homi Bhabha, apresentado por Krishna (2009), onde por um lado, o nativo quer ocupar a posição do colonizador, tornar-se ele e inverter

¹⁴ No original: “For Muchukiwa, this suggests that Congo's peacebuilding methods are essentially foreign inventions that have been adopted by local associations. To transform conflicts, Congolese NGOs take a “local” approach to peacebuilding, but are limited in that they must adhere to the themes, models and purposes of their international partners. Because of these dynamics – among other things, such as the level of a certain type of education or language skills of local actors – international partners trying to ‘go local’ often inadvertently exacerbate the problems they are supposed to solve”.

¹⁵ No original: “The social world is therefore not an inert object awaiting its objective and unbiased description by disinterested and scientific observers or scholars. Rather, how it is seen, understood and described depends very much on who is doing the describing, where they are from, what their interests are and what they stand to gain or lose from such descriptions”.

¹⁶ No original: “Peace was most often defined by respondents as the absence of violence (49%), living together, united (46%), being free (41%) and not being afraid anymore (35%)”.

¹⁷ No original: “The government (73%), the community itself (30%) and God (35%), which indicates that respondents, while being local, clearly also identify peace as resting in the hands and actions of the government”.

seus papéis. Por outro lado, porém, mesmo que o nativo deseje tal inversão de papéis, Bhabha diz que o seu “eu” está repartido, porque “a fantasia do nativo é justamente ocupar o lugar do senhor mantendo seu lugar na ira vingativa do escravo” (KRISHNA, 2009, p. 90, tradução nossa)¹⁸.

Sendo assim, quando Vink e Pham (2014) mostram atores da sociedade civil organizada na RDC reproduzindo o discurso das grandes organizações internacionais, é possível traçar um paralelo com o pensamento pós-colonial de Bhabha trazido por Krishna (2009) em: “Esse desejo ambivalente e cindido do nativo de se tornar o colonizador é muitas vezes incompleta e prejudicialmente saciado por este, cuja forma mais alta de elogio ao nativo seria categorizá-lo como sendo “diferente”, ou seja, não é como o resto do seu povo, mas sim como um de nós” (KRISHNA, 2009, p. 90, tradução nossa)¹⁹. Pode-se afirmar, portanto, que a participação local nas intervenções da MONUSCO é marcada pela influência da paz liberal e dos valores morais do Ocidente, não somente na forma como opera, mas também quando não consegue sequer se fazer presente.

Considerações finais

Após o que foi considerado neste artigo, é possível afirmar que o conceito liberal de paz foi criado a partir de uma construção histórica de centenas de anos de experiência dos Estados ocidentais. As Teorias das Relações Internacionais desenvolvidas por estudiosos desta região endossaram os valores eurocêntricos e ocidentais, ainda que inconscientemente, por ser este o seu referencial epistemológico e ontológico. Logo, analisando por um viés pós-colonial, pode-se concluir que o argumento inicial levantado nessa pesquisa foi confirmado, isto é, o modelo de construção de paz adotado pela ONU e posto em prática através da MONUSCO foi construído a partir dos pressupostos da Teoria Liberal, e por isso a integração da sociedade civil é feita dentro de uma lógica *top-down*, onde as vozes da população local são subjugadas a esse *modus operandi* dentro do planejamento e da execução da missão. Deste modo, é possível afirmar que as percepções da ONU e a sua cultura de construção da paz, influenciadas pelos ideais liberais, reforçam hierarquias de conhecimento que recompensam a suposta expertise sobre o tema dos agentes internacionais, colocando o conhecimento local às margens do processo. A pesquisa conclui, portanto, que a sociedade civil congoleza, quando não é deixada de fora da tomada de decisões e da definição da agenda da MONUSCO, é pressionada para segui-la em suas próprias ações, simulando seus valores e concepções como se fossem seus.

Através do referencial teórico pós-colonial adotado pela pesquisa, concluímos também que existem intrincados laços que ligam a imagem estereotipada da RDC como Estado falido a uma história anterior de dominação colonial e contínua exploração neocolonial de países do terceiro mundo; assim como torna-se possível ver a centralidade desses laços para a prosperidade do Ocidente e para a miséria dessas sociedades marginalizadas. Utilizar a teoria pós-colonial como lente para observar o processo de construção de paz na RDC pode também servir como base para que o planejamento das operações de estabilização como a MONUSCO adote os valores e concepções locais como referência, e que propaguem uma escuta ativa das vozes dessas comunidades, entendendo que não se tratam apenas de vítimas, mas sim de atores capazes de pensar e executar a construção do seu próprio conceito paz.

¹⁸ No original: “The fantasy of the native is precisely to occupy the master’s place while keeping his place in the slave’s avenging anger”.

¹⁹ No original: “This ambivalent and split desire of the native to become the colonizer is often incompletely and damagingly satiated by the latter, whose highest form of praise for the native runs something like: “you are okay, you are different, you are not like the rest of them, you are more like one of us”.

Referências

- AUTESSE, Séverine. D. R. Congo: Explaining Peace Building Failures. **Review of African Political Economy**. Oxfordshire, v. 34, n. 113, p.423-441, 2007. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20406417>. Acesso em: 15 de abr de 2023.
- BUSSY, Josaphat Musamba; GALLO, Carol Jean. he Great Lakes Region of Africa: Local Perspectives on Liberal Peacebuilding from the Democratic Republic of Congo. In: RICHMOND, Oliver P., POGODDA, Sandra, RAMOVIĆ, Jasmin. (Eds). **The Palgrave Handbook of Disciplinary and Regional Approaches to Peace**. Londres: Palgrave Macmillan, 2016, cap. 23, p. 312–324.
- CALL, Charles. T. The Fallacy of the 'Failed State'. **Third World Quarterly**. Londres, v.29, n.8, p.1491–1507, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01436590802544207>. Acesso em: 05 de out. de 2022.
- DESSU, Meressa K.; YOHANNES, Dawit. Violent protests in DRC and Mali highlight fundamental aspects of peace missions that need reform. **Institute for Security Studies**, Addis Ababa, 28 de out de 2022. Disponível em: <https://issafrica.org/iss-today/what-do-protests-say-about-un-peacekeeping-in-africa>. Acesso em: 15 de abr de 2023.
- EFFECTIVENESS OF PEACE OPERATIONS NETWORK (EPON). 'Assessing the Effectiveness of the UN Missions in the DRC (MONUC-MONUSCO)'. **Norwegian Institute of International Affairs**. Noruega. 2019.
- FETT, Priscila. 'Tudo de novo no front: MONUSCO, uma nova era nas peacekeeping operations?'. **Revista de Direito Internacional**. Brasília, v. 10, n.2, p. 169-182, 2013. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/view/2720>. Acesso em: 15 de abr de 2023.
- GROVOGUI, Siba N. **Beyond eurocentrism and anarchy**. Memories of international order and institutions. New York: Palgrave Macmillan, 2006.
- KABAMBA, Patience. Heart of Darkness: Current images of the DRC and their theoretical underpinning, **Anthropological Theory**. Thousand Oaks, v.10, n.3, p.265–301. 2010. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1463499610372248>. Acesso em: 10 de out. de 2022.
- KEOHANE, Robert O. The demand for international regimes. **International Organization**. Cambridge, v. 36, n. 2, p. 325-355, 1982. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2706525>. Acesso em: 15 de abr de 2023.
- KEOHANE, Robert O. **After Hegemony**. Cooperation and discord in the world political economy. Princeton: Princeton University Press, 1984.
- KEOHANE, Robert O. Institutional theory and the realist challenge after the Cold War. In: BALDWIN, David A. (Ed.) **Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate**. New York: Columbia University Press, 1993, cap. 11, p. 269-300.
- KNIKNIE, Sam . A playground for colonial forces: Unpacking the anti-UN protests in DR Congo. **The New Humanitarian**, Bruxelas, 23 de ago de 2022. Disponível em: <https://www.thenewhumanitarian.org/opinion/2022/08/23/MONUSCO-Rwanda-Congo-M23>. Acesso em: 15 de abr de 2023.
- KRASNER, Stephen D. Structural Causes and Regime Consequences: Regimes as Intervening Variables. **International Organization**. Cambridge, v.36, n.2, p. 185 - 205, 1982. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/international-organization/article/abs/structural-causes-and-regime-consequences-regimes-as-intervening-variables/19A9938FE30759F777EA8EDC38BF1227> Acesso em: 10 de out. de 2022.
- KRISHNA, Sankaran. **Globalization and postcolonialism: Hegemony and resistance in the twenty-first century**. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2009.
- KULLENBERG, Janosch. Confronting Kabila. **Institute for Security Studies**, Addis Ababa, 28 de jul de 2018. Disponível em: <https://www.iiss.org/sv/online-analysis/online-analysis/2018/07/confronting-kabila-congo/>. Acesso em: 15 de abr de 2023.
- MARTIN, Lisa L.; SIMMONS, Beth A. Theories and empirical studies of international institutions. **International Organization**, Washington D.C, v. 52, n. 4, p. 729-757. 1998. Disponível em: https://dash.harvard.edu/bitstream/handle/1/3382862/Theories_Empirical.pdf Acesso em: 11 de out. de 2022.
- NYE, Joseph; KEOHANE, Robert O. **Power and interdependence**. Nova Iorque: Harper Collin, 2011.
- OBI, Ndifon Neji; ETENG, Patrick. O. Civil Society Organizations, Peacebuilding and Local Ownership: A Framework for Action. In: DANIJIBO, N.D.; ADAMS, Adeola (Eds). **Interagency Cooperation for Peace and Security in Nigeria**. Ibadan, John Archers Publishers. Society for Peace Studies and Practice. Pp. 101-121. 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/42221082/CIVIL_SOCIETY_ORGANIZATIONS_PEACEBUILDING_AND_LOCAL_OWNERSHIP_A_FRAMEWORK_FOR_ACTION
- PEREBOOM, Eline. **Local Peacebuilding: unmanageable or unavoidable? Interaction between MONUSCO and local human rights NGOs in South Kivu, DRC**. Nijmegen: Radboud University Nijmegen, 2012.
- RAHMAN *et al.* Conflict in the Eastern DRC (Democratic Republic of Congo). **Institute for Youth in Policy**, 2022. Disponível em: <https://yipinstitute.org/policy/conflict-in-the-eastern-drc>. Acesso em: 13 abr de 2023.

RESCUE. **International Rescue Committee**, 2007. Mortality in the Democratic Republic of the Congo: An Ongoing Crisis. Disponível em: <https://www.rescue.org/sites/default/files/document/661/2006-7congomortalitysurvey.pdf> Acesso em: 15 de abr de 2023.

SENGENYA, Claude Muhindo. Why we're protesting against UN peacekeepers in DR Congo. 'Who will come to save the Congo? Only us young people.' **The New Humanitarian**, Butembo, 18 de ago de 2022. Disponível em: <https://www.thenewhumanitarian.org/2022/08/18/why-we-re-protesting-against-un-peacekeepers-dr-congo>. Acesso em: 15 de abr de 2023.

UNITED NATIONS ORGANIZATION STABILIZATION MISSION IN THE DRC. MONUSCO Background. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/monusco/background.shtml>. Acesso em: 13 jul. 2013.

UNITED NATIONS. **Understanding and integrating local perceptions in multi-dimensional UN peacekeeping**. New York, United Nations Departments of Peacekeeping Operations and Field Support, 2013. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/understanding-and-integrating-local-perceptions-multi-dimensional-un-peacekeeping-2013> Acesso em: 14 abr. 2023.

UNITED NATIONS. **LETTER DATED 23 JULY 1999 FROM THE PERMANENT REPRESENTATIVE OF ZAMBIA TO THE UNITED NATIONS ADDRESSED TO THE PRESIDENT OF THE SECURITY COUNCIL**. Lusaka: United Nations, 1999. Disponível em: <https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/ROL%20S1999%20815.pdf> Acesso em: 12 de out. de 2022.

UNITED NATIONS. **RESOLUTION 1493**. New York, United Nations, 2003. Disponível em: [https://www.undocs.org/S/RES/1493\(2003\)](https://www.undocs.org/S/RES/1493(2003)) Acesso em: 12 de out. de 2022.

UNITED NATIONS. **No exit without strategy**: Security Council decision-making and the closure or transition of United Nations peacekeeping operations. New York: United Nations, 2001. Disponível em: <https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/PKO%20S%202001%20394.pdf> Acesso em: 12 de out. de 2022.

VINCK, Patrick; PHAM, Phuong. **Searching for Lasting Peace**: Population-Based Survey on Perceptions and Attitudes about Peace, Security and Justice in Eastern Democratic Republic of the Congo. Cambridge: Harvard Humanitarian Initiative, 2014.

Funções de colaboração exercidas

Nathália Déda da Silva:	Conceituação; Metodologia; Investigação; Escrita (primeira redação);
Eduarda Lattanzi Menezes:	Supervisão; Escrita (revisão e edição);

Informações fornecidas pelas autoras de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)